

No estado de Rondônia, migrantes se mudam, em média, a cada dois anos procurando um lugar para trabalhar

Aventuras e desventuras dos sem-terra



por Marcio Alth
de Colorado D'Oeste

As gêmeas Ladilaura e Ladislene conhecem seus doze anos de vida em detalhes. Nasceram em Ariquemes, município do norte de Rondônia, e moraram em seis cidades antes de se mudarem para Colorado D'Oeste, no sudoeste do estado. Uma média de um lugar novo a cada dois anos.

Loiras de olhos claros, descendentes de paranaenses, eram chamadas de "poiaquinhas" em Ariquemes, cidade com população predominante de nortistas e nordestinos e onde moraram até os sete anos. Em Colorado, onde chegaram há dois anos, cabelos loiros não chamam tanta atenção, e o apelido perdeu o sentido. "Aqui, os gaúchos, catarinenses e paranaenses formam a maioria", diz o pai das meninas, Nelson dos Santos, natural de Umuarama, no norte do Paraná.

Santos veio para Rondônia em 1979. "Um amigo de um primo tinha sido contemplado com um lote de terras em Ariquemes. O Incra queria que a região fosse um centro de cacau e ele achou que era uma boa. Estava acostumado com café. Deu tudo errado, e ele decidiu vender a propriedade para garimpar ouro no rio Madeira", lembra o pai das gêmeas. "Eu recebi o telefonema do cara numa quarta-feira e já no domingo estava lá. No Paraná, a terra já não era barata, e tudo o que me restava era trabalhar em fazenda dos outros. Não pensei duas vezes. Paguei pouco. Não recebi documento, porque o Incra não permitia negócios com terras que havia dado de graça. Assim que entreguei o dinheiro, o sujeito me explicou mais ou menos onde se

situava a gleba e sumiu. Nunca mais o vi", disse ele. Começou então a aventura de Nelson dos Santos, o pai das gêmeas e uma das 500 mil pessoas que entre os anos de 1970 e 1985 embarcaram no maior projeto de migração planejada do País. Sob o pretexto de "integrar para não entregar", os sucessivos governos militares no Brasil fizeram mais de 100 mil assentamentos de terra no então inóspito e verde Estado de Rondônia, com uma área (24 milhões de hectares) maior que a do Uruguai e semelhante à do Estado de São Paulo.

O sistema era simples. Através de contratos de alienação de terras públicas, o Incra distribuiu de graça, ao longo da BR 364, lotes em Projetos Integrados de Colonização. Estes projetos previam a produção de arroz, soja, cacau e café e o extrativismo de borracha. A produção agrícola seria integrada com pequenas cidades. O crédito seria privilegiado e o preço garantido. Nas cidades, escolas e hospitais dariam apoio aos agricultores e a seus filhos.

Rondônia, na visão do governo militar, estaria protegida e livre das tensões acumuladas desde que os bandeirantes e escravos em fuga avançaram o Tratado das Tordesilhas e ocuparam áreas da colônia espanhola a partir do século XVI. O objetivo do governo foi cumprido. Apesar de rota do tráfico internacional de cocaína, Rondônia é hoje uma mistura de quase todas as culturas brasileiras e a sua fronteira com a Bolívia é pacífica.

No entanto, pagou-se um preço caro. "Trinta e cinco anos depois dos primeiros assentamentos, 90 mil dos 100 mil proprietários originais abandonaram ou ven-

deram as terras recebidas", diz o superintendente do Incra em Rondônia, Cleth Muniz de Brito. A população de Rondônia cresceu numa progressão absurda. Havia 100 mil pessoas no estado em 1970, 500 mil em 1980, 1,1 milhão em 1990 e 1,3 milhão em 1994. Segundo o IBGE, foi o estado com as maiores taxas de crescimento populacional no período.

Hoje, Rondônia nada tem a ver com o que se imaginava dele. Com exceção de Ji-Paraná, Colorado D'Oeste e Cacoal, municípios com desenvolvimento econômico simples e eficiente, o projeto de assentamento do governo militar transformou-se em pesadelo. A crise econômica acabou com o crédito privilegiado e os organismos internacionais perderam interesse por projetos sociais, trocando-os por metas ambientais. Só que a migração continuou, e as pessoas foram para Rondônia sem terra e estrutura.

A cultura cacauceira de

Rondônia é um retrato sem charme da decadência da cultura na Bahia. Mais preocupados com a malária e sem assistência estatal, os agricultores nem prestaram atenção à chegada da vasoura-de-bruxa, o fungo misterioso do cacau. O extrativismo de borracha também não vingou. Era mais rápido e lucrativo derrubar árvores e vender madeira.

Nelson dos Santos, o pai das gêmeas, diz que pegou sete vezes malária, ao derrubar árvores no que julgou ser sua propriedade. Mais tarde, descobriu que seu terreno tinha um solo "que não dava pra nada, é muito pior que o do Paraná". Saiu de Ariquemes e foi para Porto Velho, e de lá para Guajará-Mirim. Trabalhou em dois garimpos de ouro. Inscreveu-se no Incra para tentar conseguir terra, oficialmente. Não conseguiu. Começou a participar do Movimento dos Sem-Terra e invadiu a fazenda Adriana, em Colorado D'Oeste, junto

com mais duzentas famílias. A fazenda fica ao lado da fazenda Santa Elina, palco da tragédia do mês passado, quando nove trabalhadores rurais e dois policiais morreram numa operação truculenta de despejo. Ao contrário de Santa Elina, a invasão da Adriana foi um sucesso. O Incra desapropriou a fazenda e deu áreas para os invasores. "O único jeito de se conseguir terra aqui é invadindo", diz o prefeito de Colorado, Gilberto Mendes.

No estado que nasceu com a promessa de concessão gratuita de terras, moram hoje, segundo dados do Incra, 20 mil famílias sem propriedade. Outras 40 mil famílias invadiram terras que estariam protegidas pelo Projeto Aflora, patrocinado pelo Banco Mundial. A reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso prevê que Rondônia assentará neste ano 2 mil famílias no estado. "Não há terra para todos", reconhece o presidente do Incra.

Uma guerra de políticas

por Marcio Alth
de Porto Velho

O Estado de Rondônia vive hoje uma guerra de políticas.

Mais de 100 mil pessoas ocupam uma área de 150 mil hectares no centro do estado, conhecida como Buriti, entre as reservas indígenas dos Pacaás Novas e Karipuna. Nesta área, derrubaram árvores, lotearam terrenos e formaram vilas. Estes moradores pressionam o estado a regularizar a posse de terra, e dizem que não vão sair de lá vivos. Começaram a plantar café e a criar gado.

O governador de Rondônia, Valdir Raupp (PMDB), não cede nem nega. Raupp tem um compromisso com o

Banco Mundial, que patrocina o projeto ambiental Aflora. Este projeto, de US\$ 250 milhões, existe desde 1987 para impedir a ocupação desorganizada e o desmatamento desenfreado no estado. O projeto dividiu o estado em zonas. A região de Buriti, segundo o projeto, só pode ser ocupada para o extrativismo de borracha. As famílias não deveriam estar lá.

Como os 100 mil posseiros na região também votam, e ouviram discursos de apoio durante a campanha eleitoral do ano passado, Raupp também tem com eles um compromisso.

Nos últimos meses, o governo estadual decidiu pro-

por ao Banco Mundial uma "reaproximação" do projeto. O estado diz que o primeiro zoneamento foi irreal, e considerou intocadas áreas que já teriam sido derrubadas. Raupp alega também que não há mais áreas livres para dar às cerca de 20 mil famílias sem terra vivendo no estado, e que portanto áreas como Buriti deveriam ser classificadas como produtivas economicamente. O Banco Mundial relutou mas aceitou. Nos próximos meses, uma empresa vai fazer um novo retrato do estado, para depois redividir o estado em zonas de proteção ambiental e exploração econômica.